

Dossier da disputa Embraer-Brasil e Bombardier-Canadá: um exemplo prático das regras e mecanismos da OMC

Ou

A guerra das multinacionais pelos subsídios

Canadá elege AI para Investir

A América Latina é a mais nova dimensão da política externa canadense. O objetivo é escapar da dependência econômica-comercial com os Estados Unidos e não deixar que os norte-americanos monopolizem todas as oportunidades comerciais e de investimentos na região. Nos últimos dez anos, a região demonstrou que pode ser um bom destino para o capital canadense. Os investimentos de empresas do país nas economias latinas passaram de US\$ 3,77 bilhões, em 1990, para US\$ 31,16 bilhões, no ano passado. Para manter essa participação, porém, o governo de Ottawa está consciente que deverá se envolver cada mais na política da região se quiser ganhar novos parceiros. 'Queremos ter uma política de compromisso com a América Latina', ressalta Marc Lortie, representante para a região do gabinete do primeiro-ministro canadense, Jean Chrétien.

Como parte da estratégia de aproximação aos assuntos do hemisfério, o governo de Ottawa estará promovendo uma série de eventos nos próximos meses para demonstrar o interesse do país pela integração regional. (Gazeta Mercantil Latinoamericana, 08.05.2000)

Uma fronteira movimentada

Canadá e Estados Unidos possuem a relação comercial mais intensa do mundo. Nos últimos quinze anos, as trocas passaram de US\$ 150 bilhões, em 1985, para mais de US\$ 400 bilhões em 1999, volume quase cem vezes superior ao intercâmbio anual entre Brasil e Argentina. Nada menos que US\$ 1 bilhão em mercadorias passam, por dia, pela fronteira norte dos Estados Unidos, representando 88,1% das exportações canadenses aos mercados internacionais. Essa relação única no mundo, embora vital para a economia canadense, é também o que motiva o governo de Ottawa a buscar novos parceiros no hemisfério. 68,1% de tudo que o Canadá importa vêm de empresas norte-americanas, enquanto apenas 2,6% são mercadorias originárias dos demais países do continente, incluindo o México. As economias da América Latina respondem por apenas 2% do intercâmbio comercial total do Canadá, e a ofensiva de Ottawa na região nos últimos anos tem como objetivo reverter esse quadro. 'Se queremos ser um global player, temos que diversificar nossas trocas comerciais e, em especial, intensificar nossa relação com os países latinos', diz o representante do governo canadense para assuntos hemisféricos, Marc Lortie. (Gazeta Mercantil Latinoamericana, 08.05.2000)

Embraer: Brasil busca acordo bilateral

O Governo brasileiro quer fechar um acordo bilateral com o Canadá para colocar um fim à guerra comercial provocada pelo impasse entre as indústrias de aeronaves regionais Embraer e Bombardier. A proposta foi feita na última sexta-feira pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao chanceler canadense Pierre Pettigrew. A idéia é chegar a um entendimento antes do dia 24, quando termina o prazo para os dois países entrarem na Organização Mundial (OMC) com pedidos de retaliações um contra o outro.

Vamos tentar encontrar caminhos para permitir um entendimento - disse Lampreia.

Técnicos do Governo estão analisando quais compensações podem ser negociadas com os canadenses. O assunto deverá ser discutido, hoje, na reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Segundo uma fonte, há, no mínimo, duas alternativas: a nova revisão dos atuais programas de financiamento e incentivo às exportações de aviões concedidos pelos dois países

ou mesmo o aumento das tarifas de importação de produtos previamente selecionados pelas duas partes.

Atualmente, o Brasil tem déficit comercial com o Canadá de US\$ 500 milhões.

Cada tarifa elevada pode aumentar ainda mais o resultado negativo. Na OMC, o impasse, que já dura três anos, está longe de acabar. O organismo considerou insuficiente a redução da taxa de equalização do Programa de Financiamento das Exportações (Proex) do Brasil, de 3,8% para 2,5%. Também considerou que as alterações nos dois programas do Governo canadense (Canada Account e Technology Partnership Canada) foram apenas parcialmente cumpridas. Brasil e Canadá pretendem entrar com nova apelação. (O Globo on line, 09/05/2000)

Canadá confirma retaliação

O Canadá pedirá autorização à Organização Mundial do Comércio (OMC) para retaliar o Brasil em 4,9 bilhões de dólares canadenses (US\$ 3,28 bilhões) distribuídos em sete anos. Ottawa quer impor represálias de 700 milhões de dólares canadenses por ano (US\$ 469 milhões) contra as exportações brasileiras. O total da represália equivale às vantagens que os canadenses calculam serem garantidas legalmente pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex) à Embraer. O pedido deve ser examinado dia 24. Serão cinco medidas de represálias, desde sobretaxa de 100% sobre uma lista incluindo a maioria dos produtos agrícolas e industriais brasileiros, até a exclusão do País do regime de Tarifa de Preferência Geral (TPG), que beneficia exportações brasileiras no valor de 160 milhões de dólares canadenses. (*Gazeta Mercantil, 10/05/2000*)

Bombardier volta a falar em acordo

O vice-presidente executivo da Bombardier, Ivan Allaire, disse ontem, de Ottawa, que a empresa é totalmente a favor de um acordo negociado entre Brasil e Canadá em relação ao Proex. 'Já tínhamos apoiado um acordo bilateral desde o início e poderíamos ter resolvido esse impasse há cerca de dois anos se o Brasil tivesse implementado os ajustes no seu programa de incentivos às exportações dos aviões da Embraer', ressaltou. Segundo Allaire, a Bombardier não tem outra opção senão apoiar a decisão do governo canadense de aplicar medidas reativas para proteger sua indústria aeroespacial dos subsídios estrangeiros e ilegais e para defender as leis internacionais. O executivo ressaltou que Estados Unidos e União Européia também rejeitaram os argumentos do Brasil de que contratos privados tiveram prioridade sobre as obrigações internacionais do País. A Embraer não quis comentar a decisão da OMC. (*Gazeta Mercantil, 10/05/2000*)

Lampreia descarta retaliação ao Canadá

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, declarou ontem que a ameaça do Canadá de impor retaliações comerciais contra o Brasil, por causa do contencioso Embraer-Bombardier, é uma "pressão truculenta" que trará prejuízos à relação entre os dois países. Lampreia descartou, entretanto, qualquer perspectiva de contra-retaliar o Canadá antes de esgotadas as negociações de um acordo que possa acomodar os interesses de ambos os lados.

Anteontem, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou o relatório final do comitê de arbitragem, que condenou a fórmula de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) usada nas operações de venda de aviões da Embraer. Simultaneamente, o governo canadense anunciou que pediria à OMC o direito de retaliar o Brasil, durante sete anos, pelo equivalente a 700 milhões de dólares canadenses (US\$ 469 milhões) por ano.

"Trata-se de uma reação que eu só posso chamar de truculenta. Da forma como está colocada, trará fortes danos à relação bilateral", afirmou Lampreia. "Coloca-se aqui uma ameaça de escalada irracional da controvérsia." Na avaliação de Lampreia, a "briga" entre Embraer e Bombardier tornou-se exemplo do confronto entre os países ricos e os países em desenvolvimento pelo mercado de produtos de alta tecnologia. Esse cenário ficou claro nas recentes articulações internacionais de ambos os lados. O Canadá conseguiu o apoio da União

Européia e dos Estados Unidos à condenação da Proex pela OMC. O Brasil, por sua vez, procura apoio de seus vizinhos sul-americanos e da Índia.

"O direito de um país em desenvolvimento, como o Brasil, ser um competidor no mercado de produtos de alta tecnologia causa impacto aos que antes tinham o monopólio desses mercados", declarou o ministro. O Itamaraty ainda considera a hipótese de um acordo bilateral, e suspendeu qualquer reação até, pelo menos, o próximo dia 24. Ou seja, por enquanto, o governo brasileiro não deverá apelar contra a decisão do comitê de arbitragem ou apresentar seu pedido de retaliação contra o Canadá. Também deixará na gaveta a solicitação para a formação de um novo panel, desta vez para julgar os mecanismos de financiamento destinados à Bombardier e que passaram ilesos pelo julgamento da organização. A aposta nesse acerto bilateral baseia-se na convicção de que uma guerra de retaliações seria prejudicial para setores de ambos os lados. (*Valor on line, 11/05/2000*)

Subsídio à empresa permanece, diz Graça Lima

O governo brasileiro não vai retirar os subsídios concedidos à Embraer pelo sistema de equalização de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) como quer o governo canadense, garantiu o subsecretário geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, embaixador José Alfredo Graça Lima.

"Não podemos retirar porque há contratos de venda de aviões, com taxas de equalização, que precisam ser cumpridos e respeitados", disse o embaixador. O governo canadense exige, contudo, que o Brasil retire o apoio concedido a mais de 900 jatos regionais fabricados pela Embraer cujos contratos foram assinados antes de novembro do ano passado, quando os subsídios deveriam ter sido retirados por causa de uma condenação do Proex pela Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida três meses antes. "Oferecemo-nos para mapear os procedimentos no curto e médio prazos para evitar medidas precipitadas de retaliação, que, certamente, trarão problemas recíprocos", disse Graça Lima. Naquele período, a taxa de equalização do Proex utilizada para financiar as exportações dos jatos da Embraer era de 3,8%. Depois da condenação da OMC, o governo decidiu reduzi-la para 2,5%, mas os canadenses da Bombardier, a maior e principal concorrente da companhia aeroespacial de São José dos Campos, entendiam que a taxa de equalização ainda era ilegal. O embaixador afirmou que, no futuro, o governo está disposto a reduzir ainda mais a taxa de equalização, mas não vai retirá-la dos subsídios já concedidos.

Fontes próximas ao setor empresarial canadense reconheceram que, no caso de haver retaliações comerciais recíprocas, o Canadá será o maior perdedor, embora o comércio bilateral entre os dois países não passe de US\$ 1,5 bilhão - nem 1,5% do total do comércio do Brasil com o resto do mundo. Atualmente, há cerca de 1,2 mil empresas canadenses instaladas no Brasil, entre elas a Alcan, a Brascan, a Bell Canada e a Moore do Brasil. O comércio exterior do Canadá concentra-se no mercado norte-americano, que absorve 85% de suas exportações. Os 15% restantes estão divididos entre o resto do mundo. Até dois anos atrás, essa dependência levou os canadenses a tentar uma aproximação com o Mercosul, onde o Brasil representa mais de dois terços do potencial de mercado do bloco.

O vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil Canadá, Antônio Conde, disse que, apesar da situação delicada instalada, a disputa comercial na OMC se restringe às duas companhias e que "cabe aos governos canadense e brasileiro tratar o tema de forma que proteja os interesses das empresas instaladas nos dois países". (*O Estado de São Paulo, 11/05/2000*)

Brasil vai propor ao Canadá a abertura mútua de mercados

O governo brasileiro vai enviar carta ao governo canadense propondo uma recíproca abertura de mercados, em vez do uso mútuo de retaliações comerciais, para resolver o conflito Embraer- Bombardier. A informação foi dada pelo embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty. Ainda ontem, os ministros que compõem a Câmara de Comércio Exterior (Camex) reuniram-se para discutir o contencioso e uma forma de manter o estímulo à Embraer - a

maior exportadora do Brasil no ano passado. Segundo o ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, a preocupação do governo é evitar que a Embraer perca competitividade no exterior.

Graça Lima entende que as concessões comerciais poderiam compensar os interesses frustrados dos dois lados e evitariam uma guerra de retaliações "que somente serviria para trazer prejuízos para o Brasil e o Canadá e, especialmente, para os setores que nada têm a ver com esse conflito". As negociações serão travadas, preliminarmente, entre ele e o chefe do Departamento de Política Comercial canadense, Claude Carrière. As concessões de ambos os lados dificilmente poderão se resumir a reduções nas tarifas de importação de produtos canadenses e brasileiros. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a diminuição desses percentuais devem ser estendidas a todos os demais países interessados. O Brasil ainda tem outro problema: o Imposto de Importação é regido pela TEC (Tarifa Externa Comum), válida nos quatro países do Mercosul. Para o Brasil, a solução poderá ser a abertura de mercado para as empresas canadenses nos setores de serviços e nos processos de compras governamentais. O Canadá, por sua vez, poderá derrubar barreiras não-tarifárias e outras restrições a produtos brasileiros como o café em grãos, o açúcar e os minérios.

Em Brasília, o conselheiro para assuntos comerciais e econômicos da Embaixada do Canadá no Brasil, David Weiner, disse que o governo canadense recebeu com satisfação as declarações de ontem do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, anteontem, e que seu país estaria disposta a negociar. (*Valor on line, 12/05/2000*)

Retaliação será discutida no dia 22

A disputa entre Brasil e Canadá no setor aeronáutico prossegue em ritmo acelerado na Organização Mundial de Comércio (OMC). A entidade marcou para o próximo dia 22 uma reunião do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), pedida pelo Canadá. É quando esse país solicitará autorização para retaliar exportações do Brasil em 4,9 bilhões de dólares canadenses (US\$ 3,28 bilhões) em sete anos, ou 700 milhões de dólares canadenses por ano (US\$ 469 milhões).

Nessa reunião, o Brasil vai bloquear o pedido e solicitará um grupo de arbitragem (três juizes) para examinar o montante da retaliação. Ao mesmo tempo, recorrerá ao Órgão de Apelação - outro grupo de três juizes - contra a decisão do panel desfavorável ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Assim, só em meados de agosto haverá uma nova decisão na OMC. Isso deixa dois meses para Brasília e Ottawa tentarem uma solução bilateral na maior disputa no comércio internacional para os dois países. (*Gazeta Mercantil, 12/05/2000*)

Juros do PROEX serão mudados

O governo brasileiro decidiu reformular os mecanismos de financiamento destinados principalmente aos setores exportadores de bens de alta tecnologia. A iniciativa deverá começar com uma reforma geral na linha de equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento das Exportações (Proex), cujas regras para o setor de aeronaves foram condenadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

As mudanças foram discutidas exaustivamente nas últimas reuniões dos ministros que compõem a Câmara de Comércio Exterior (Camex). No caso da linha de equalização do Proex, a idéia é ir além das mudanças exigidas pela OMC e transformá-la em um forte mecanismo de financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico e de subsídio legal às exportações. Uma dificuldade para o governo está no fato de que a reforma dessa linha deverá vir acompanhada por reforço no caixa disponível. Neste ano, a linha de equalização de taxas de juros contará com cerca de R\$ 800 milhões, valor similar ao de 1999. Com esse volume, o governo estima que será alavancado um total de US\$ 10 bilhões a US\$ 12 bilhões em exportações, de cerca de 100 empresas, que se efetivarão em até 15 anos. O objetivo é agora priorizar os financiamentos às pesquisas de desenvolvimento tecnológico dos produtos. Trata-se do mesmo formato adotado pela maioria dos países desenvolvidos para subsidiar o aumento da competitividade de suas empresas no mercado internacional. A convicção do governo de

que a criação de sistema eficiente para o financiamento de setores de alta tecnologia é prioritária ganhou força com os recentes desdobramentos do conflito entre a Embraer e a sua concorrente canadense Bombardier na OMC.

A primeira lição do contencioso foi que o Canadá e os demais países desenvolvidos jogam pesado nos subsídios a seus exportadores. Mas, ao mesmo tempo, criam mecanismos que dificilmente podem ser condenados pela OMC. A outra conclusão diz respeito ao fato de que o Brasil terá de financiar pesadamente os setores de alta tecnologia se quiser aumentar sua participação no mercado internacional, hoje de apenas 0,9%. Trata-se exatamente dos setores que contam maiores chances de ampliação de mercados, mas que enfrentam a concorrência de grandes corporações de países ricos. (*Valor*, 15/05/2000)

Novos vãos na disputa com Canadá

O contencioso entre o Brasil e o Canadá relativo ao mercado de aeronaves poderá afetar não só as exportações da Embraer, mas também de produtos tradicionais da pauta brasileira destinada aquele mercado. A solicitação de autorização para a abertura de retaliações que o Canadá enviou à sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, inclui um cardápio diversificado. Além da aplicação de uma taxa de 100% nas taxas já incidentes sobre os produtos importados do Brasil, que seria aplicada seletivamente, o governo canadense propôs a suspensão do Brasil da lista de países beneficiados pelo Sistema Geral de Preferências (SGP). Na lista de produtos, o Canadá incluiu todos os da Nomenclatura do Sistema Harmonizado. Destacam-se café, açúcar, calçados, entre outros. O Canadá insiste que o benefício da equalização de juros do Proex não pode ser estendida às 900 aeronaves encomendadas antes do dia 18 de novembro de 1999 e ainda não entregues. (*Gazeta Mercantil*, 15/05/2000)

Brasil deve apelar de decisões da OMC

O governo deve apelar das decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios do Brasil e do Canadá a jatos regionais. A atitude serviria para acalmar a ameaça de uma guerra comercial entre os dois países. O subsecretário de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, José Alfredo Graça Lima, disse que o processo de apelação poderia levar a mais de um mês de negociações bilaterais. A OMC analisa ainda a possibilidade de dar ou não o direito ao Canadá de impor sanções comerciais de US\$ 3,3 bilhões ao Brasil. As informações são da agência Reuters. (*Revista Época*, 15/05/2000)

Gros defende mudanças no PROEX

Apesar dos esforços que vêm sendo feitos pelo governo para aumentar as exportações, os exportadores brasileiros ainda identificam uma série de dificuldades nas operações de embarque de produtos para o exterior. A lista inclui problemas de promoção, logística, informação estatística, juros e financiamento.

A questão dos juros vem sendo encarada como uma questão delicada, porque recentemente a Organização Mundial do Comércio (OMC) recomendou que o governo fizesse alterações nos custos do Programa de Financiamento à Exportação (Proex), em decorrência do caso Embraer. Ontem, durante o 12º Fórum Nacional, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, manifestou sua posição sobre a recomendação da OMC. Ele considerou que "a equalização de juros do Proex deverá passar a obedecer as exigências deste organismo - taxa básica internacional mais 1%. Este é o padrão internacional". Segundo Gros, a OMC tem sido um fórum internacional favorável ao Brasil e por isso deve-se respeitar suas decisões. O *Valor* apurou que não existe decisão fechada no governo brasileiro quanto às mudanças no Proex. Ao falar aos empresários durante o seminário, Gros defendeu o aumento das exportações como uma ferramenta para o crescimento rápido e sustentado da economia. Disse também que o crescimento das vendas externas reduz o risco do país, dando-lhe acesso a uma poupança externa mais abundante e barata. Nesse contexto, o aumento das exportações tem o efeito de diminuir a dependência do capital externo. Gros afirmou que a expansão das exportações é uma prioridade da política econômica. Segundo ele, essa decisão já está mostrando os primeiros efeitos: no acumulado

de janeiro a abril deste ano, as vendas externas cresceram 18% em relação a igual período do ano passado. Os empresários presentes ao Fórum destacaram, porém, os obstáculos que o país ainda enfrenta em termos de comércio exterior. O presidente da Associação Comércio Exterior do Brasil (AEB), Benedicto Moreira, disse que o problema de competitividade é interno.

Ele afirmou que os exportadores não dispõem de estatística, o que dificulta as ações de promoção comercial no exterior, e acrescentou que a logística brasileira é um "túmulo". "O Brasil está se transformando em um país onde é mais fácil importar do que exportar", disparou. Segundo ele, é preciso dar confiança e credibilidade ao exportador brasileiro no curto prazo, sendo que, no médio prazo, o importante é mudar a estratégia exportadora do país. O diretor-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Coelho Fernandes, afirmou que um conjunto de mudanças recentes nas políticas de estímulo ao comércio exterior não sinalizam o compromisso do governo com o aumento das exportações. E citou como exemplo a limitação de financiamento via Convênio de Crédito Recíproco (CCR). O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Giannetti da Fonseca, informou que estará discutindo ainda esta semana com o Banco Central as normas do CCR. (*Valor on line, 17/05/2000*)

PROEX pode mudar para atender regras da OMC

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, disse ontem que há forte possibilidade de se fazer alterações no Programa de Financiamento a Exportações (Proex) em geral para financiamentos futuros. Não se pensa em modificar o programa apenas na parte referente às taxas de juros de equalização dos empréstimos concedidos a operações da Embraer, e que têm sido alvo de protestos do Canadá na Organização Mundial do Comércio (OMC).

'A recomendação é de que mudemos o Proex em geral', disse ele referindo-se ao parecer da OMC, resultante do contencioso entre Brasil e Canadá sobre subsídios à venda de aeronaves produzidos pelas fábricas Embraer e Bombardier. (*Gazeta Mercantil, 17/05/2000*)

Lucratividade da Embraer

A Embraer divulgou ontem que registrou lucro líquido de R\$ 97,6 milhões no primeiro trimestre deste ano, 546,4% a mais do que no mesmo período de 1999. O resultado foi recorde histórico para o trimestre desde a fundação da empresa, em 1967.

Já o faturamento atingiu um montante de R\$ 1,052 bilhão, o que representou alta de 76% sobre as vendas durante os três primeiros meses do ano passado. As exportações responderam por 97,9% do total faturado entre janeiro e março último.

A Embraer creditou seu bom desempenho financeiro ao aumento do volume de produção dos jatos regionais ERJ 145 (de 50 passageiros) e ERJ 135 (37 passageiros). Em março passado, a companhia atingiu a fabricação média de 12 aviões por mês e pretende chegar ao fim do ano com um total de 16 unidades mensais. No primeiro trimestre, a Embraer produziu e entregou 34 aeronaves. (*O Globo, 17.05.00*)

Gianetti admite ceder na negociação com Canadá

O secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Roberto Gianetti da Fonseca, admitiu ontem que dificilmente o Brasil sairá de uma negociação bilateral com o Canadá sem ceder algo. Também afirmou que a mudança do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para o setor de aeronaves será um dos pontos a serem colocados na mesa de negociações. As primeiras conversas entre os representantes dos dois países começam na próxima terça-feira, em Nova York (EUA). Do lado brasileiro, serão lideradas pelo embaixador José Alfredo Graça Lima, subsecretário-geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Itamaraty. Os objetivos serão colocar um fim no contencioso entre a brasileira Embraer e a canadense Bombardier, que se arrasta há três anos, e evitar uma guerra de retaliações. A expectativa é que essas negociações se estendam por até dois

meses, o mesmo prazo para o término dos processos que correm na Organização Mundial do Comércio (OMC).

"É uma ilusão achar que vamos sair dessas negociações sem ceder algo. Mas vamos tentar ceder o mínimo, para penalizar o menos possível o país e os outros setores produtivos", afirmou.

Conforme ele explicou, a preferência do governo brasileiro é manter a atual taxa de equalização de juros do Proex para o setor de aeronaves - remuneração dos bônus do Tesouro americano de dez anos mais 0,2%. Mas a fórmula poderá ser alterada para os mesmos níveis adotados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Trata-se de um dos pontos da negociação", completou.

Gianetti da Fonseca ponderou, entretanto, que essa discussão deverá ser complexa. Em princípio, foi a OMC quem exigiu que o Brasil adotasse a fórmula da OCDE - remuneração dos bônus de dez anos do Tesouro americano mais 1%. Mas há exceções abertas pelos membros dessa mesma organização, que praticam fórmulas mais vantajosas para setores sensíveis. Esse fato será um dos pontos da argumentação do Brasil para manter o financiamento à Embraer nas condições atuais.

"A acusação contra o Brasil é um abuso, porque nem somos sócios da OCDE", acrescentou.

Segundo ele, o Brasil poderá pleitear a aplicação das mesmas formas de financiamento e de equalização de juros para fabricantes de aviões dos dois países. (*Valor on line, 19/05/2000*)